

Concessionária Bahia Norte S.A.
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Bahia Norte S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Bahia Norte S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Opinião

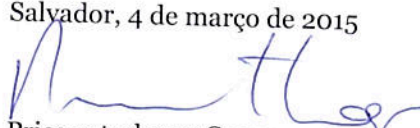
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

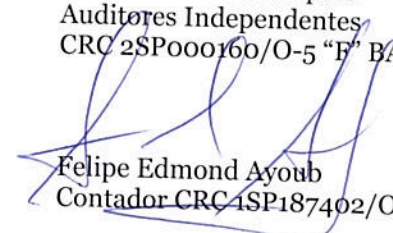
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 4 de março de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA



Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 4SP187402/O-4 "S" BA

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.496	2.374	Fornecedores (Nota 11)	1.856	13.706
Aplicações financeiras (Nota 7)	42.338	57.978	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	13.116	8.896
Contas a receber (Nota 8)	5.049	3.910	Debêntures (Nota 12)	1.622	89
Adiantamentos a fornecedores	115	142	Tributos a recolher	1.164	1.730
Despesas antecipadas	1.294	727	Obrigações sociais, trabalhistas e outros (Nota 13)	3.569	3.357
Tributos a recuperar e outros	856	495			
	<u>51.148</u>	<u>65.626</u>		<u>21.327</u>	<u>27.778</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	6.324	2.473
Depósitos judiciais	1.929	2.363	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	506.287	476.591
Fundos restritos (Nota 12 (iii))	22.778	19.095	Debêntures (Nota 12)	36.325	37.815
	<u>24.707</u>	<u>21.458</u>	Provisão para Contingências (Nota 14)	348	
				<u>549.284</u>	<u>516.879</u>
Imobilizado (Nota 9)	1.163	1.904	Patrimônio líquido (Nota 15)		
Intangível (Nota 10)	647.311	543.183	Capital social	181.000	115.000
	<u>673.181</u>	<u>566.545</u>	Prejuízos acumulados	(27.282)	(27.486)
				<u>153.718</u>	<u>87.514</u>
Total do ativo	<u>724.329</u>	<u>632.171</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>724.329</u>	<u>632.171</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações continuadas		
Receitas, líquidas (Nota 17)	218.889	225.112
Custo de construção (Nota 18 (a))	(117.229)	(136.619)
Custo de serviços prestados (Nota 18 (b))	(56.424)	(52.568)
	<u>45.236</u>	<u>35.925</u>
Lucro bruto	45.236	35.925
Gerais e administrativas (Nota 19)	(14.873)	(15.686)
Outras receitas operacionais, líquidas	149	204
	<u>30.512</u>	<u>20.443</u>
Lucro operacional	30.512	20.443
Receita financeira (Nota 21)	9.496	3.578
Despesa financeira (Nota 21)	(35.953)	(27.491)
	<u>4.055</u>	<u>(3.470)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	4.055	(3.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20 (b))	(3.851)	(440)
	<u>204</u>	<u>(3.910)</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	204	(3.910)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	173.289	137.617
Lucros (Prejuízo) do exercício por lote de mil ações do capital social (em R\$)	<u>0,001</u>	<u>(0,028)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2013	90.000	(23.576)	66.424
Aumento de capital (Nota 15)	25.000		25.000
Prejuízo do período		(3.910)	(3.910)
Em 31 de dezembro de 2013	115.000	(27.486)	87.514
Em 1º de janeiro de 2014	115.000	(27.486)	87.514
Aumento de capital (Nota 15)	66.000		66.000
Prejuízo do período		204	204
Em 31 de dezembro de 2014	181.000	(27.282)	153.718

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	4.055	(3.470)
Ajustes		
Margem de construção	(1.187)	(1.380)
Depreciação e amortização	24.641	22.953
Amortização de seguros	750	
Amortização do custo de captação	523	
Juros e variações monetárias	31.897	21.240
Provisão para contingências	348	
Perda na alienação de imobilizado	312	105
	<u>61.339</u>	<u>39.448</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.139)	(316)
Adiantamentos a fornecedores	27	277
Despesas antecipadas	(1.317)	208
Tributos a recuperar e outros	(361)	172
Depósitos judiciais	633	255
Fornecedores	(11.850)	(10.596)
Tributos a recolher	(566)	(736)
Obrigações sociais, trabalhistas e outros	212	225
	<u>46.978</u>	<u>28.937</u>
Juros pagos - empréstimos	(39.653)	(36.518)
Juros pagos - contas garantidas		(174)
	<u>7.325</u>	<u>(7.755)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira	15.640	(56.182)
Adições ao intangível	(121.205)	(119.722)
Adições ao imobilizado	(729)	(674)
	<u>(106.294)</u>	<u>(176.578)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(4.784)	(25.222)
Amortização de debêntures		(34.886)
Aumento de capital	66.000	25.000
Adição ao fundo restrito	(3.683)	(5.503)
Captação de empréstimos	40.558	187.618
Emissão de debêntures		38.000
	<u>98.091</u>	<u>185.007</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(878)	674
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>2.374</u>	<u>1.700</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>1.496</u>	<u>2.374</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do valor adicionado – Informações suplementares Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2014	2013
Receitas	228.880	232.065
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos gerais, materiais, energia e outros	(135.804)	(153.876)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(4.826)	(4.426)
Valor adicionado bruto	88.250	73.763
Depreciação e amortização	(24.641)	(22.953)
Amortizações de seguros	(750)	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	62.859	50.810
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.497	3.614
Valor adicionado total a distribuir	72.356	54.424
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	18.712	18.093
Remuneração direta	13.923	13.683
Benefícios	3.899	3.525
FGTS	890	885
Impostos, taxas e contribuições	16.555	11.828
Federais	11.028	6.955
Municipais	5.527	4.873
Remuneração de capitais de terceiros	36.885	28.413
Juros	35.953	27.528
Aluguéis	864	790
Doações e patrocínio	68	95
Remuneração de capitais próprios	204	(3.910)
Prejuízo do exercício	204	(3.910)
Valor adicionado distribuído	72.356	54.424

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte" ou "Companhia") é uma Sociedade de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR ("INVEPAR"), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 25 de setembro de 2014 foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a Rodovia, que será denominada Via Expressa de Lauro de Freitas. Como consequência a área de total concedida passará a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de janeiro de 2015

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 além do prejuízo dos exercícios. Desta forma, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada nestas datas.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6), “Aplicações financeiras” (Nota 7), “Contas a receber” (Nota 8), “Deposito judicial” e “Fundos restritos” (Nota 12).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados aos valores de custo e representam valores concedidos a fornecedores, para atender às cláusulas contratuais (Nota 10).

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 40 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa (“PCL”).

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósito judicial realizado para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo é área total de 3.839,39 m² localizado na Rodovia Ba 526, km 11, bem como a ocupação e acessões.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	3 - 5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Intangível

2.10.1 Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota 10).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota 11).

2.14 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma que vez, no atual estágio de suas operações, não possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não teria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, a referida Lei.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.18 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2015, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos financeiros. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos não financeiros.

(b) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

(c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações financeiras anuais no período findo em 31 de dezembro de 2014, estimou como base para amortização a curva de tráfego.

A administração efetuou um estudo da curva de tráfego e a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A adoção deste método de amortização é uma mudança de estimativa, conforme estabelecido no CPC 23.

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

(d) Passivo contingente

A companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a companhia está sujeita.

(e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A Companhia não reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por não possuir histórico de lucratividade e por não haver projeções dos lucros tributáveis futuros de curto prazo.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Em 2014, a estratégia da companhia, que ficou inalterada em relação à de 2013, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 75% e 85% e uma classificação de crédito Baa1 na escala de Moody's.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Montante total da dívida (Nota 12)	557.350	523.391
Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(1.496)	(2.374)
Menos Aplicação financeira (Nota 7)	(42.338)	(57.978)
Menos Fundo restrito (Nota 12 (iii))	(22.778)	(19.095)
Dívida líquida	<u>490.738</u>	<u>443.944</u>
Total do patrimônio líquido	<u>153.718</u>	<u>87.514</u>
Total do capital	<u>644.456</u>	<u>531.458</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>76</u>	<u>84</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

Empréstimos e recebíveis

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.496	2.374
Aplicação Financeira	42.338	57.978
Contas a receber	5.049	3.910
Depósitos Judiciais	1.929	2.363
Fundo restrito	22.778	19.095
	<u>73.590</u>	<u>85.720</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros passivos financeiros

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	1.856	13.706
Empréstimos e financiamentos	519.403	485.487
Debêntures	37.947	37.904
	<u>559.206</u>	<u>537.097</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Fundo de troco	370	370
Bancos conta movimento	988	1.918
Numerário em trânsito	138	86
	<u>1.496</u>	<u>2.374</u>

7 Aplicação financeira

O valor de R\$ 42.338 (R\$ 57.978 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro 2014, é referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento, o qual será utilizado para realização de investimentos em infraestrutura. Esta aplicação é mantida junto ao banco BNB e é remunerada a 99% do CDI.

8 Contas a receber

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
PEX S.A. (i)	3.274	3.093
Conectcar S.A.(i)	500	12
DB Trans S.A. (ii)	233	237
Sem Parar (i)	176	
Outros	866	568
	<u>5.049</u>	<u>3.910</u>

(i) Contas a receber oriundas das transações de AVI (*automatic vehicle identification*) representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas PEX S.A e Conectcar S.A.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da empresa habilitada DB Trans S.A.

9 Imobilizado

(i) Composição

		31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	687	(193)	494	465
Computadores e periféricos	20%	2.427	(1.881)	546	844
Veículos	20%	189	(66)	123	115
Bens em trânsito					480
		<u>3.303</u>	<u>(2.140)</u>	<u>1.163</u>	<u>1.904</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	1.904	1.877
(+) Adição	729	674
(-) Baixa	(312)	(56)
(-) Depreciação	(679)	(591)
(-) Transferência para intangível	(479)	
Saldo no final do exercício	<u>1.163</u>	<u>1.904</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

(i) Composição

			31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	(*)	128.183	(13.687)	114.496
Pavimentações e conservação especial	(*)	360.810	(41.395)	319.415
Hardware e equipamentos de pedágio	20,00	8.346	(3.524)	4.822
Desapropriações	(*)	17.352	(1.044)	16.308
Máquinas e equipamentos	10,00	7.207	(2.520)	4.687
Veículos	33,33	1.415	(826)	589
Meio ambiente e elementos de segurança	(*)	7.235	(133)	7.102
Obras em andamento	(*)	167.804		167.804
		<u>698.352</u>	<u>(63.129)</u>	<u>635.223</u>
				<u>537.605</u>
Outros intangíveis				
Adiantamento a fornecedor (Nota 21)		11.825		11.825
Softwares adquiridos de terceiros	20,00	344	(127)	217
Marcas e patentes		46		46
		<u>12.215</u>	<u>(127)</u>	<u>12.088</u>
		<u>710.567</u>	<u>(63.256)</u>	<u>647.311</u>
				<u>543.183</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados considerando a projeção de curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem (Nota 3). Os itens referentes ao contrato de concessão são edifícios e instalações, pavimentações e conservação especial, desapropriações e meio ambiente e elementos de segurança. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2014 é de R\$ 1,88%. A adoção da amortização pela curva de tráfego ocorrida em 2014 é prospectiva, conforme CPC 23.

Também são itens do contrato, mas com vida útil inferior ao período de concessão, hardware e equipamentos de pedágio, máquinas e equipamentos, veículos e software adquiridos de terceiros.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados juros referentes aos financiamentos, líquido dos juros dos fundos restritos, no valor de R\$ 6.348. (R\$ 10.059 em 31 de dezembro de 2014).

(a) Contrato de concessão -Infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação do intangível

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Saldo no início do exercício	543.183	433.577
(+) Adição	127.611	131.160
(-) Baixa		(49)
(-) Amortização	(23.962)	(21.505)
(+) Transferencia do imobilizado	479	
Saldo no final do exercício	<u>647.311</u>	<u>543.183</u>

11 Fornecedores

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Consórcio Sistema BA 093 (*)		9.406
Outros	1.856	4.300
	<u>1.856</u>	<u>13.706</u>

Em dezembro de 2014 não houve boletim de medição do Consórcio Sistema BA 093, responsável pela construção do sistema rodoviário, formado pelas partes relacionadas, Construtora OAS Ltda. ("OAS") e Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"). O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 13.706 é composto substancialmente pelos montantes registrados em decorrência dos boletins de medição do Consórcio Sistema BA 093.

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Composição

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Desenbahia – Agência de fomento 2º ciclo (i)	R\$	TJLP + 3% a.a.	30.064	30.063
BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo (ii)	R\$	2,97% a.a.	181.915	141.264
Debêntures (iii)	R\$	DI + 2,5% a.a.	37.947	37.904
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	TJLP + 3% a.a.	14.048	14.908
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	10% a.a.	28.654	30.278
BNB - Contrato de financiamento (iv)	R\$	10% a.a.	253.702	257.072
BNB - Contrato de financiamento (v)	R\$	TJLP + 4% a.a.	14.191	15.441
Custos de captação	R\$		<u>(3.171)</u>	<u>(3.539)</u>
			557.350	523.391
(-) Circulante			<u>(14.738)</u>	<u>(8.985)</u>
Não circulante			<u>542.612</u>	<u>514.406</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Desenhahia no valor de R\$ 30.000, que foi liberado em 27 de junho de 2013. O prazo do financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 3,00% ao ano + TJLP (taxa de juros de longo prazo).
- (ii) Em 12 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 188.435 que serão liberados em 6 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2014 foram liberadas 5 parcelas totalizando o montante de R\$181.637. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,97% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (iii) Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 38.000 junto ao BNB, cuja liberação financeira ocorreu em 13 de maio de 2013. O prazo para pagamento é de 84 meses com, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,5% ao ano mais DI (depósito interbancário). O valor liberado na operação da segunda emissão de debêntures foi utilizado para liquidação da primeira emissão no montante de R\$ 35.000. As debêntures têm como garantia o penhor de ações e direitos creditórios e emergentes e não são conversíveis em ações.
- (iv) Em 10 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 254.139 (R\$ 2.933 de encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013) que foram liberados em 8 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- (v) Em 29 de abril de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% ao ano mais TJLP. Até 31 de dezembro de 2013 foram liquidados R\$ 204.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenhahia e BNB são, penhora de ação, suporte de acionista, direitos creditórios e emergentes.

(ii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes em 31 de dezembro têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
2015		9.861
2016	15.494	18.185
2017	21.732	21.732
2018	25.272	25.272
2019	28.293	28.293
2020	22.146	22.146
2021 até 2032	<u>429.675</u>	<u>388.917</u>
	<u>542.612</u>	<u>514.406</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R\$ 22.778 (31 de dezembro de 2013 R\$ 19.095) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”) BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) BNB e FNE Desenhahia) e 2º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

13 Obrigações sociais, trabalhistas e outros

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Participação nos lucros e resultados - PLR	1.539	1.447
Provisão de férias	1.287	1.129
Outros	1.091	781
	<u>3.917</u>	<u>3.357</u>

14 Contingências

(a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui provisionado o montante de R\$ 348 relacionado a ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades. A administração considera que a probabilidade de êxito para esses processos é remota.

Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daquelas provisionadas.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Em 1º de janeiro de 2014		
Debitado à demonstração de resultado	20	328
	<u>20</u>	<u>328</u>
Em 31 de dezembro de 2014		
	<u>20</u>	<u>328</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Processos cíveis	781	
Processos trabalhistas	49	
	830	

15 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 181.000 (R\$115.000 em 31 de dezembro de 2013) representado por 210.026.820 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 105.013.410 ações subscritas pela acionista OTP e 105.013.410 de ações subscritas pela Invepar.

A movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser assim sumarizada:

- Em 06 de junho de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social da Companhia em R\$ 34.000 passando de R\$ 115.000 para R\$ 149.000, mediante a emissão de 44.678.760 (quarenta e quatro milhões seiscentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,760988 (setecentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e oito milionésimos de real), em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional a participação de cada acionista.
- Em 1º de dezembro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento no capital social companhia no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), mediante a emissão de 50.348.060 (cinquenta milhões, trezentos e quarenta e oito mil, e sessenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,6355756303 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e três décimos de bilionésimos de real), em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional a participação de cada acionista.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Acionistas	Capital subscrito	Capital integralizado	Ações ordinárias	Capital subscrito e integralizado
OTP	90.500	90.500	105.013.410	57.500
Invepar	90.500	90.500	105.013.410	57.500
	181.000	181.000	210.026.820	115.000

16 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia (“SEINFRA”) e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014 foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 para ser construído pela Concessionária e aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010 tendo como contratada o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas empresas CNO e OAS, com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão.

O valor global do contrato é de R\$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data base fevereiro de 2010. Até 31 de dezembro de 2014, foi investido o montante de R\$ 573.903.

Em 12 dezembro de 2014 foi assinado o aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com o objetivo de executar, na modalidade empreitada por preço global e prazo determinado, todas as obras e serviços necessários a implantação da Via Expressa. O valor global do aditivo é de R\$ 233.774.

17 Receitas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Receita de construção (i)	118.416	137.999
Receitas de pedágio (ii)	108.071	93.162
Receitas acessórias	1.990	2.243
Impostos e contribuição sobre serviços	<u>(9.588)</u>	<u>(8.292)</u>
Receita líquida	<u>218.889</u>	<u>225.112</u>

(i) Para constituir o valor da receita de obras de infraestrutura, a Companhia utiliza como base, os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, na qual a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo a receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 17 – Contratos de Construção e conforme descrito na Nota 2.15.

(ii) Receita de pedágio oriunda de pagamentos efetuados pelos usuários.

18 Custos

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 117.229 (em 2013 – R\$ 136.619) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1% (Nota 2.17 (i)).

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo dos serviços prestados

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Custo de operação		
Custos com pessoal	13.097	12.561
Prestadores de serviços	12.636	12.172
Depreciação e amortização	23.920	21.466
Custos contratuais da concessão	3.579	3.370
Material, equipamentos e veículos	1.730	1.589
Gastos gerais	1.222	1.210
Outros custos operacionais	240	200
	<u>56.424</u>	<u>52.568</u>

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Despesas com pessoal	6.756	6.641
Prestadores de serviços	2.592	2.476
Gastos gerais e administrativos	3.870	4.879
Honorários da diretoria	1.655	1.690
	<u>14.873</u>	<u>15.686</u>

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos no montante de R\$ 6.324 (2013 - R\$ 2.473), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, a alíquota de 34%.

Os saldos do passivo diferido apresentam-se como segue:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporaria (34%)	6.324	2.473
	<u>6.324</u>	<u>2.473</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.055	(3.470)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(1.379)	1.180
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(200)	(259)
Exclusão de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituído (i)	(2.272)	(1.361)
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(3.851)</u>	<u>(440)</u>
IR e CSLL diferidos	<u>(3.851)</u>	<u>(440)</u>
Total da despesa com IR e CSLL	<u>(3.851)</u>	<u>(440)</u>

- (i) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 31.837, sendo R\$ 5.264 gerados em 2014. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando considere-se provável que haja lucro tributário futuro e contra o que esses créditos fiscais possam ser usados. Anualmente, a Companhia avalia a probabilidade de ocorrência de lucro tributável e a consequente contabilização dos tributos diferidos ativos.

Regime tributário de transição (“RTT”)

A Medida Provisória nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, a qual, dentre outros aspectos, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais destacamos: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS; (ii) tratamento específico sobre distribuição de lucros ou dividendos; (iii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (iv) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014.

A Companhia avaliou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova legislação e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A aplicação da lei será feita a partir de 1º de janeiro de 2015

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Resultado financeiro, líquido

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	4.416	40
Rendimento de aplicação financeira	4.881	3.389
Atualização monetária	199	149
	<u>9.496</u>	<u>3.578</u>
Despesa financeira		
Juros de empréstimos	(34.992)	(24.172)
IOF	(14)	(521)
Outras despesas	(947)	(2.798)
	<u>(35.953)</u>	<u>(27.491)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(26.457)</u>	<u>(23.913)</u>

22 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 16 (b)), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS.

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedor (Nota 10 (i))	11.825	5.367
Passivo circulante		
Fornecedor (i)		9.406
Resultado		
Custo de construção (Nota 17 (a))	(117.229)	(136.618)

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2014, refere-se à prestação de serviços de engenharia do exercício, cujos pagamentos estão vinculados à liberação de financiamentos (Nota 12).

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia registrou o montante de R\$ 1.655 (31 de dezembro de 2013 R\$ 1.690), referente remuneração dos administradores.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	204	(3.910)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>173.289</u>	<u>137.617</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,001</u>	<u>(0,028)</u>

24 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contratos junto ao Itaú S.A., Tokio Marine, Austral, Fator Seguradora S.A., e através da LTSEG Corretora e Administradora de Seguros Ltda., tendo a AGERBA como favorecida do seguro garantia e a Companhia os seguros de riscos de engenharia, operacional e civil, demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	abril/2015	40.000
Riscos operacionais	agosto/2015	33.000
Responsabilidade civil geral	agosto/2015	30.000
Seguro garantia	agosto/2015	47.468
Automóveis	janeiro/2015	110% tabela FIPE

* * *